

RESENHA - POLÍTICA SOCIAL E DESIGUALDADES: A EDUCAÇÃO EM DESTAQUE

DOI: 10.48075/ri.v24i1.27515

Lais Vieira Pinelli ¹

RESUMO: O texto a seguir trata-se de uma resenha sobre o livro organizado por Silvia Cristina Yannoulas, intitulado “Política Social e Desigualdades: a educação em destaque”. A obra discute as expressões da desigualdade social na política educacional brasileira em um conjunto de 6 (seis) capítulos, cada um com objetos de pesquisa diversos. Destaca-se o caráter multifatorial nas relações existentes entre educação, pobreza e desigualdade social e o aspecto intersetorial e interdisciplinar da política educacional.

Palavras-chave: Educação, Desigualdade Social, Pobreza

REVIEW - SOCIAL POLICY AND INEQUALITIES: EDUCATION FEATURED

ABSTRACT: This text is a review of the book organized by Silvia Cristina Yannoulas, entitled “Social Policy and Inequalities: highlighted education”. The book discusses the expressions of social inequality in Brazilian educational policy in 6 (six) chapters, each with different objects of research. It's focused in the multifactorial character in the existing relations between education, poverty and social inequality and the intersectoral and interdisciplinary aspect of educational policy.

Key Words: Education, Social Inequality, Poverty

¹ Assistente Social, mestre em Política Social e doutoranda em Política Social no Programa de Pós-Graduação em Política Social pelo Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). E-mail pinelli.lais@gmail.com

RESENHA

Política Social e Desigualdades: A Educação em Destaque é uma coletânea de artigos organizada pela Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas, sendo resultado de um conjunto de investigações mobilizado pelo Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis). No seu conjunto de temáticas diversas, o livro nos possibilita identificar as relações possíveis entre política social, desigualdade social e educação, e desta forma descortinar a integralidade intersetorial entre as políticas sociais.

É notório o rigor metodológico dos artigos, como resultados de pesquisas submetidas a pareceres e especialistas, sendo resultados de teses de doutorados e de projetos de pesquisa mais amplos aplicados e subsidiados por entidades de fomento à pesquisa.

O livro está estruturado em 6 (seis) capítulos com temáticas e objetos distintos, mas sem anular a coerência investigativa da obra, que se propõe discutir temas relevantes na agenda educacional e seus possíveis efeitos para intensificação e perpetuação das desigualdades educacionais. Entre os elementos em comum, os autores defendem a construção de uma educação pública, laica e de qualidade socialmente referenciada, sem suspender os limites e as possibilidades no atual modelo de produção e reprodução social, sendo assim essencial localizar a escola e a política educacional em um escopo mais complexo e de determinações múltiplas. A seguir iremos discutir sobre cada um dos trabalhos apresentados.

No primeiro capítulo, “A presença de Paulo Freire no serviço social: da educação popular à comunicação pública”, Kênia Figueiredo retoma uma discussão aparentemente pouco realizada na atualidade: a contribuição de Paulo Freire para o serviço social crítico e suas possíveis contribuições no presente. A autora destaca dois pontos: a compreensão do Assistente Social como Educador Popular no Movimento de Reconceituação; e a linguagem como um dos instrumentos dos assistentes sociais. Neste último ponto destaca-se que o assistente social, no seu exercício profissional, atinge múltiplas dimensões para além de respostas à reprodução da força trabalhadora. Por meio da comunicação é possível oferecer à classe subalterna uma nova leitura da realidade, contribuindo para práticas democráticas e de acesso à direitos essenciais. Nesse escopo, a autora nos traz a comunicação pública como um direito à comunicação transversal às políticas públicas e intrinsecamente relacionada com o trabalho e a função pedagógica do Assistente Social. É, nesse sentido, que localizamos a

contribuição de Paulo Freire, considerando sua defesa pela comunicação dialógica, na qual o conhecimento é construído coletivamente com fins permanente de transformações sociais.

Numa leitura mais ampla, o artigo de Figueiredo fortalece os laços entre duas áreas que tem se reaproximado nos últimos anos após a aprovação da lei de inserção dos assistentes sociais e psicólogos na rede de ensino básico. A reintrodução do serviço social na educação básica tem provocado frutífero debate sobre o seu papel nesse novo campo de atuação, mas também exigindo um olhar detalhado sobre a dimensão educativa da profissão. Destaca-se, nesse sentido, a comunicação como instrumento profissional, tanto no sentido de viabilizar transparência, quanto ao seu papel pedagógico, questão que conversa fortemente com a perspectiva freiriana de comunicação dialógica, onde o conhecimento e as alternativas, são construídas coletivamente.

No segundo capítulo temos o trabalho conjunto de Adir Valdemar Garcia e Silvia Cristina Yannoulas, intitulado “Educação, Pobreza e Desigualdade Social: uma análise das produções bibliográficas da iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social”. Os autores assumem como pano de fundo as (im)possibilidades de enfrentamento da pobreza e desigualdade social atrelada à política educacional em um contexto de manutenção da dinâmica do capital. O objetivo principal do capítulo é identificar na literatura recente sobre a educação, pobreza e desigualdade social (EPDS) – com base em quatro fontes de pesquisa, e analisando mais de 150 (cento e cinquenta) artigos e capítulos – quais são as perspectivas dos autores sobre a temática e, em específico, como se relaciona com a ordem social vigente.

Entre as tendências identificadas nos trabalhos, observa-se a predominância na defesa de um capitalismo humanizado, alinhado com o pensamento social-democrata, no qual a política educacional seria estratégica na construção de cidadãos mais críticos. Uma segunda tendência, menos presente, é o reconhecimento das limitações estruturais da política educacional e do Estado no enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, sendo então a superação dessas questões apenas viável na construção de um outro modelo de sociedade. Dessa forma, a educação deveria assumir uma intencionalidade para além do aspecto analítico-crítico, projetando deliberadamente a superação desse modelo. O capítulo de Yannoulas e Garcia toca em um ponto sensível, o papel da escola no enfrentamento da pobreza e desigualdade social, seja em uma perspectiva do trabalho, onde a educação estaria atrelada à esfera produtiva, seja em uma perspectiva da cidadania, na qual a educação construiria cidadãos mais críticos e empoderados.

No terceiro capítulo, “Trabalho Docente Usurpado: Empreendedorismo na Educação Básica e sua relação com o processo de reprodução ampliada do capital”, Silvana Aparecida Souza analisa formas de penetração da cultura do empreendedorismo na escola básica e suas consequências políticas e pedagógicas. Analisa-se a coleção de livros do curso Jovens Empreendedores: Primeiros Passos desenvolvido pela SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que assume como objetivo ensinar empreendedorismo para alunos do Ensino Fundamental. A autora constata que além do desalinhamento teórico pedagógico com o público alvo, o denso material ainda aumenta a intensificação do trabalho docente, contribuindo pouco para o desenvolvimento das crianças no momento certo. As consequências políticas analisadas incluem a ausência de debates nos espaços democráticos sobre a intervenção da SEBRAE no currículo base, além da ausência de estabelecimento de prioridades e possível substituição de conteúdos legitimamente definidos. A autora identifica uma lógica empresarial aplicada à escola básica e o reforço de valores como a responsabilidade individual dos sujeitos pela sua própria reprodução. Desta forma, Souza traz a superfície a materialidade do projeto neoliberal que para além das privatizações propriamente, tem como objetivo penetrar no aparelho do Estado e nas políticas sociais a lógica empresarial e a cultura dos resultados, perspectiva divergente de uma educação pública, laica e de qualidade socialmente referenciada.

O quarto capítulo, intitulado “Trabalhadoras da Educação Infantil no Brasil: História e Atualidade da Docência na Primeira Infância”, de autoria de Tiago Grama de Oliveira e Lívia Maria Fraga Vieira, discute a construção histórica do trabalho docente na educação infantil, segmento que apenas recentemente tornou-se obrigatória, com recursos vinculados e com exigências de profissionalização pedagógica de suas trabalhadoras. Tracejando desde o século XIX até o momento atual sob a égide da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, os autores nos apresentam que o papel e perfil dessas trabalhadoras era diverso, sendo destinado à diferentes classes sociais, tendo a natureza de seu trabalho as vezes vinculadas ao cuidado, as vezes à instrução e educação. Apenas recentemente foi reconhecido a necessidade de profissionalização diante da importância do desenvolvimento pleno das crianças desde os primeiros anos. Nos deparamos, então, com as particularidades do trabalho docente desse segmento específico, pois verifica-se capacidades adquiridas antes, durante e depois do magistério superior e médio. Os autores ainda apresentam dados relevantes da atualidade que indicam avanços e retrocessos na regulamentação e reconhecimento dessas trabalhadoras.

No quinto capítulo, “Trabalho Docente: Padronização e Resistência”, Ana Paula Matos de Oliveira discute a natureza e especificidades do trabalho docente considerando as recentes transformações na regulamentação estatal e assumindo como objeto de análise a Secretaria de Educação do Distrito Federal. A autora enfatiza os efeitos da cultura dos resultados no trabalho docente, considerando o estabelecimento de metas e o uso do sistema de avaliação em massa como parâmetro de desempenho da aprendizagem e consequentemente dos professores. As consequências são de naturezas variadas, desde a intensificação e precarização do trabalho, até a ressignificação da natureza da profissão. Apesar de serem necessárias formas de regulamentação e controle de qualidade da educação, sendo então os sistemas de avaliação uma dessas ferramentas, é necessário refletir os efeitos paralelos, então, discutidos pela autora. Destaca-se a efetivação dos resultados na Educação, que oculta e neutraliza por trás de estabelecimentos de metas, questões mais complexas, como as desigualdades sociais e educacionais, e centralizam as responsabilidades pelos resultados da aprendizagem na escola e no professor.

O último capítulo do livro é de autoria de Terena Peres de Castro, “O direito à alimentação e a educação: um estudo sobre a presença de alimentos orgânicos no programa de alimentação escolar do DF de 2009 a 2018”. A autora discute a importância da escola pública na alimentação de milhares de crianças e adolescentes pauperizados, e amplia esse debate ao discutir sobre a segurança alimentar e o consumo de alimentos orgânicos pelos alunos da educação básica, parte significativa pobre e que provavelmente não tem sua segurança alimentar garantida. Constatando que a PAE-DF nunca adquiriu alimentos orgânicos para estudantes, sua pesquisa visa analisar o que impede os alunos de não terem acesso a esse tipo de alimentação. Além de questionar algumas teses, como a baixa oferta de produtos orgânicos, preços mais elevados por razões de logísticas comerciais, sua pesquisa evidencia a intersectorialidade entre as políticas públicas, e a impossibilidade de compreender a escola e a política educacional de forma isolada. Compreende-se que garantir o direito à alimentação de qualidade aos alunos da rede pública perpassa questões mais amplas como questão fundiária e a democratização da terra.

Portanto, em face a tudo que foi exposto nesta resenha, concluímos que os efeitos das desigualdades sociais e pobreza na política educacional tem se intensificado nos últimos anos como resultado da inserção da população mais pobre à política educacional brasileira e à expansão do acesso à educação, mesmo que restrita ao segmento fundamental e com baixa qualidade. Seus efeitos e causas são multifatoriais, sendo necessário analisar as

transformações recentes na regulamentação das políticas públicas no contexto de reconfiguração do modelo de reprodução social no capitalismo. Apesar dessas regulamentações de influência neoliberal não serem exatamente recentes – observamos no Brasil seus efeitos desde os anos 90 e mundialmente a partir dos anos 70 –, é possível verificar um recrudescimento de seu discurso na atualidade a partir de uma reação às poucas, mas importantes conquistas no campo educacional nos últimos dez anos. Discute-se esse ponto, pois, no conjunto das pesquisas elaboradas e expostas neste livro, identifica-se os efeitos dessas transformações e discursos em diferentes dimensões da política educacional: seja por meio da ressignificação da educação e das políticas educacionais, vide as perspectivas sobre educação e pobreza e a inserção pelos “fundos” do empreendedorismo na escola básica; seja os efeitos na carreira docente, tanto no segmento infantil quanto, em específico, em uma secretaria de educação.

Um segundo ponto a se destacar no livro é a integralidade e intersectorialidade das políticas sociais, reforçando um consenso no campo crítico: a escola, incluindo o direito a aprendizagem e acesso ao conhecimento historicamente acumulado, viabiliza outros direitos sociais. Esse ponto fica claro quando se discute os desafios de garantir uma alimentação digna aos alunos da escola pública, o papel da escola em viabilizar práticas democráticas e as potencialidades do diálogo e da aprendizagem coletiva para transformações sociais significativas.

O livro, portanto, em termos gerais, evidencia que seu tema central, diante de sua complexidade e capacidade de ser abordado a partir de um conjunto de objetos diversos, expõe a necessidade de navegar na intrincada relação entre educação, pobreza e desigualdade social para compreender a política educacional na sua totalidade e construir ações estratégicas para viabilizar o direito a educação.

REFERÊNCIAS

YANNOULAS, S. C. (Org.). Política Social e Desigualdades: a educação em destaque. Curitiba: Editora Appris, 2020.

Recebido em 01 de junho de 2021.

Aprovado em 27 de julho de 2021.

